

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Journal do Brasil*

Class.: 774

Data: 02.10.83

Pg.: _____

Coluna do Castello

Conversa para
depois de Juruna

Brasília — Quando fatos menores se superpõem aos fatos maiores as coisas perdem um pouco o sentido. Mas não nos cabe deixar de acompanhar a rotina de um processo político ainda que este possa ser superado de uma hora para outra. A rotina é o debate dentro dos Partidos entre posição de luta e posição de negociação. No PMDB, apesar da euforia com que o Deputado Ulysses Guimarães encarou o êxito do programa de comunicação do Partido, persiste a luta entre os que querem restringir a atuação partidária a uma pressão pela eleição direta e os que preconizam a busca do consenso como alternativa.

Na semana passada, realizou-se numerosa reunião de parlamentares oposicionistas que se filiam à tese preconizada pelo Governador de Minas e, segundo os cálculos correntes nessa ala, entre 90 e 100 deputados federais do PMDB não acompanham as formulações do Sr. Ulysses Guimarães, antes preferem contactos que viabilizem, oportunamente, uma conciliação provisória para o fim específico da sucessão presidencial e do seu uso como instrumento para acelerar em 1986 a implantação do regime democrático.

Essa corrente não é apenas mineira, mas abrange grande parte do PMDB da Bahia, do Paraná, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas e dos demais Estados em que o Partido elegeu Governadores. O Sr. Franco Montoro escapa a esse conflito interno não só por lhe faltar gosto pelo tema político como por carecer de condições de confrontar-se com o Sr. Ulysses Guimarães. No entanto, o pensamento político dominante na seção de São Paulo é favorável à busca de uma faixa de entendimento que abranja a busca de soluções consensuais para a crise econômica, social e política.

É claro que a nação terá alguns dias de suspense, presa às emoções desencadeadas por um índio solto no Congresso. O Governo e os militares se mobilizaram para lavar a própria honra atingida pela linguagem tosca de um xavante que o Governador Tancredo Neves define como não aculturado. Como não há coisas muito sensatas a dizer a respeito desse tema, deve-se esperar apenas que haja suficiente bom senso para que a decisão que a Câmara tomar seja assimilada pelos corifeus da abertura lenta, gradual e segura.

O Decreto-Lei 2045 está também na ordem do dia, disputando os espaços e os minutos de audiência ao cacique Juruna. O Governo já não parece pessimista a respeito do assunto e voltou a crer que terá elementos a partir de segunda-feira para obter a aprovação por decurso de prazo para uma medida que é, em si mesma, uma decisão definitiva desse Governo. Se ultrapassarmos bem os dois episódios e se não se consumarem as predições sinistras do Senador José Sarney, que teimosamente não se esquece de 1965 e de 1968, os *presidenciáveis* recuperarão seu espaço na imprensa e juntamente com eles a discussão do consenso.

No fundo o consenso é hoje uma abertura para a política mineira, para a ascensão de um político mineiro à Presidência da República. Esse político tanto pode ser o Vice-Presidente Aureliano Chaves quanto o Governador Tancredo Neves, ambos flutuando acima dos Partidos em busca de coordenações amplias ou de consensos nacionais. O programa do Sr. Ulysses Guimarães foi a proposta de uma candidatura de oposição para eleição direta. O candidato óbvio, se houver uma precipitação das circunstâncias, base do raciocínio político do grupo mais ortodoxo da Oposição, é o próprio presidente do Partido.

As fontes das contradições internas do PMDB são principalmente duas: a eleição de nove Governadores, entre eles os de três grandes Estados, e a incorporação do extinto PP, uma dissidência do velho MDB que procurou tornar-se uma proposta para a alternância do poder. Essa proposta alternativa hoje chama-se consenso e por trás dela está a massa de senadores e deputados do PP aumentada por Governadores que com ela se identificaram, por força mesma do exercício do mandato executivo. As questões são basicamente as mesmas definidas nos tempos dos Ministros Golbery e Petrônio Portela e evoluem independentemente da incorporação provocada pelo infeliz ato da vinculação obrigatória de votos.

Vamos esperar que retornem proximamente as condições para avaliação do peso específico de cada uma das correntes internas do PMDB, cuja fratura pode revelar-se mais grave do que a fratura do PDS, a qual pode ser costurada com uma ponta de baioneta.

Aureliano no Vale do Aço

Num encontro de prefeitos e vereadores eleitos pelo PMDB do Vale do Aço, em Minas, distribuíram-se cédulas com os nomes de três candidatos a Presidente da República. Aureliano Chaves teve 62 votos, Tancredo Neves 35 e Paulo Maluf seis. Foram dados, em cédulas manuscritas, dois votos para Brizola e um para Miguel Arraes. Houve 15 votos em branco.

Carlos Castello Branco